

“OI, PESSOAL QUE TEM ÚTERO!”: TENSÕES DISCURSIVAS SOBRE GÊNERO EM AMBIENTE DIGITAL

Nathália Fonseca¹
Lorena Esteves²
Elias Serejo³

RESUMO

No presente artigo, analisamos as trocas argumentativas de usuários da rede social digital Instagram em postagem publicada pela youtuber Julia Tolezano, do canal Jout Jout Prazer, que apresentava o seguinte slogan para uma campanha de coletor menstrual: “Oi, pessoal que tem útero!”. Nosso objetivo foi apreender os sentidos sobre gênero mobilizados durante a discussão na postagem em questão e para isso nos apropriamos da Análise de Conteúdo como método profícuo para categorização das temáticas centrais dos argumentos. A saudação utilizada pela influenciadora digital, direcionada a pessoas de diferentes identidades de gênero que possuem o órgão reprodutor, suscitou intenso debate entre comentaristas que, a partir de diferentes perspectivas sobre o que é ser homem e mulher, (re) produziam sentidos e buscavam firmar posicionamento no debate. Percebe-se a polarização nos diálogos entre (1) sujeitos que proferem argumentos conservadores e uma visada binária sobre gênero e outro (2) que reivindica uma concepção mais ampla e includente, abarcando a pluralidade de identidades de gênero. Como resultados, observamos que os comentários que mobilizavam argumentos na primeira dimensão, ao tentar defender sua perspectiva, se mostraram pouco abertos ao diálogo e suficientemente dispostos a reverberar discursos preconceituosos contra transexuais; e na segunda dimensão uma defesa da pluralidade em busca de um entendimento comum.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos; Sexualidades; Gênero; Comunicação; Ativismo Digital.

“HELLO, PEOPLE WHO HAVE A UTERUS!”: DISCURSIVE TENSIONS ABOUT GENDER IN A DIGITAL ENVIRONMENT

ABSTRACT

In this article, we analyzed the argumentative exchanges of users of the digital social network Instagram in a post published by youtuber Julia Tolezano, from the Jout Jout Prazer channel, which presented the following slogan for a menstrual collector

¹ Nathália de Sousa Fonseca, doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia – Compoa (UFPA/CNPq). Bolsista Capes/Demanda Social. Email: s.nathaliafonseca@gmail.com.

² Lorena Cruz Esteves, doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará. Integrante dos Grupos de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia – Compoa e Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências da Pan-Amazônia (UFPA/CNPq). Email: estevesjornalismo@gmail.com.

³ Elias Santos Serejo, doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia - Compoa. Bolsista Capes/Demanda Social. Email: eliassantos1001@gmail.com.

campaign: “Hi, people who have a uterus!”). Our objective was to apprehend the senses about gender mobilized during the discussion in the post in question and for that, we appropriated Content Analysis as a useful method for categorizing the central themes of the arguments. The greeting used by the digital influencer, aimed at people of different gender identities who have the reproductive organ, sparked an intense debate among commentators who, from different perspectives on what it is to be man and woman, (re) produced meanings and sought to establish positioning in the debate. It is possible to perceive the polarization in the dialogues between (1) subjects who make conservative arguments and a binary view on gender and another (2) that claims a broader and more inclusive conception, encompassing the plurality of gender identities. As a result, we observed that the comments that mobilized arguments in the first dimension, when trying to defend their perspective, proved to be little open to dialogue and sufficiently willing to echo prejudiced speeches against transsexuals; and in the second dimension, a defense of plurality in search of a common understanding.

KEYWORDS: Feminisms; Sexualities; Gender; Communication; Digital Activism

INTRODUÇÃO

As redes sociais online atuam como elemento de fortalecimento dos debates na esfera pública digital, pois amplificam vozes e democratizam o acesso ao contraditório (MENDONÇA, 2006). Comentários e respostas aos comentários de postagens em diferentes plataformas são amplamente estudados por investigadores sociais, seja para avaliar potenciais deliberativos e características argumentativas (GOMES, 2008; MAIA, 2014), como para compreender a produção de sentidos acerca de determinadas temáticas (CAL; SEREJO, 2017), sobretudo aquelas que mobilizam argumentos antagônicos. Observar esse *locus* de pesquisa – os comentários em redes sociais – tem se mostrado profícuo para entendermos como o comportamento em ambiente digital contribui para o debate público e para fomentar trocas argumentativas válidas, acerca de assuntos considerados polêmicos, sobretudo aqueles que dizem respeito à gênero, diversidade sexual, raça e luta de classes.

Neste artigo, observamos os debates travados no Instagram oficial de uma *digital influencer* brasileira feminista. A jornalista Julia Tolezano, que atende pela alcunha de Jout Jout, possui um canal no Youtube intitulado JoutJoutPrazer⁴ – atualmente com mais de 2 milhões e 41 mil de inscritos e uma média de 300 mil visualizações por vídeo. A youtuber é reconhecida por abordar diferentes temáticas,

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer/featured>. Acesso em: 23 set. 2019.

entre elas: relacionamentos afetivos, prazer sexual, beleza, análises musicais e literárias, assim como dicas comportamentais e política.

Em 18 de dezembro de 2014, JoutJout publicou “Vai de copinho”, vídeo com 1.518.465 visualizações e 1.450 comentários⁵, no qual a youtuber fala sobre os benefícios do uso do coletor menstrual⁶, inaugurando o debate acerca do tema em seu canal. Tematizando publicamente uma questão compreendida como concernente à esfera íntima, Julia não apenas esfumaça a fronteira entre público e privado, na perspectiva de Susan Okin (2016), mas também demarca a relevância de discussões que contemplem temas compreendidos socialmente como tabus, mas que dizem respeito a uma coletividade e, portanto, podem ser assimilados como políticos, como defende Jane Mansbridge (2009).

Três anos depois do debate inaugural, em 23 de outubro de 2017, a jornalista publicou em seu perfil na rede social Instagram⁷ uma peça publicitária de divulgação de um coletor menstrual. Na imagem, ela aparece segurando a embalagem do coletor e ao seu lado o letreiro com o seguinte slogan: “Oi, pessoal que tem útero! Chegou o copinho exclusivo pra família Jout Jout”. A publicação – que recebeu 43.040⁸ curtidas e milhares de comentários – suscitou intenso debate, em virtude do uso da palavra “pessoal” ao invés de “mulheres”. Partimos da premissa que a jornalista buscou agregar em seu discurso homens transexuais e outras identidades de gênero que possuem útero e não se identificam como mulheres.

⁵ Até a data da última visualização em 23 de setembro de 2019.

⁶ Um produto desenvolvido para substituir absorventes descartáveis, reduzindo seu impacto ambiental. Para saber mais: <https://www.youtube.com/watch?v=33lspg6LQBY&t=2s>. Acesso em: 23 set. 2019.

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/joutjout/>. Acesso em: 23 set. 2019.

⁸ Até a data da coleta, 23 de setembro 2019.



Figura 1: Post de divulgação do coletor da marca Fleurity – 2017.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bal-T4wHYIu/>.

Nesse contexto, analisamos o debate político empreendido nos comentários e os argumentos mobilizados para defender os posicionamentos acerca do caráter excludente (que reivindica que a mulher está sendo invisibilizada em um assunto que atingiria somente a elas) ou inclusivo (que abrangeria uma parcela de uma categoria social que não se identifica como mulher, mas que possui útero) do post. Para analisar os argumentos que emergem dos discursos nesta cena política, nos ancoramos na visada habermasiana, que compreende o conceito de discurso como uma troca pública de razões (HABERMAS, 1984), ou seja, a construção racional de argumentos para defender certo ponto de vista. Acerca da argumentação pública online, nos ancoramos na discussão de Rousiley Maia (2015) sobre a possibilidade de instrumentalização destas arenas para mobilização e estímulo de discussões na esfera civil, assim como para afetar a esfera política formal. Nesta arena, os sujeitos se tornam consumidores-

produtores-comentaristas dos debates que os interessam, por meio de variadas formas de interação comunicativa – o que inclui conversações cotidianas, como a empreendida no material analisado.

A partir da leitura flutuante dos comentários coletados, identificamos que há um antagonismo argumentativo que se tece entre duas perspectivas: (a) comentaristas que criticaram o uso da palavra “pessoal”, defendendo que trata-se de um argumento excludente e invisibilizador da categoria mulher, e (b) comentaristas que reverenciaram a atitude e compreenderam a abrangência da palavra “pessoal” como agregadora e inclusiva. Esse primeiro recorte pode parecer reducionista, mas entendemos que, do ponto de vista da observação dos sentidos, é fundamental olhar para eixos argumentativos que possuem as mesmas características, com o objetivo de uniformizar os procedimentos metodológicos e garantir rigor à análise. Realizamos uma Análise de Conteúdo, a partir das indicações de Bardin (1977), que nos dá elementos para categorizar os argumentos e identificar, a partir do referencial adotado, quais sentidos emergem desses argumentos.

QUEM DEFINE COMO EU ME DEFINO?

Mostra-se fundamental à análise do debate compreendermos as diferentes visadas a respeito do que é “ser mulher”, ou mesmo “ser homem” na sociedade. Isso porque diferentes lentes teóricas iluminam diversos modos de compreender a experiência das mulheres, modos de perceber a justiça social, as lutas empreendidas e o modo como seus corpos são atravessados por relações de poder e resistência. Para isso, desenvolvemos três subtópicos que buscam refletir sobre essa questão.

DIFERENTES PERSPECTIVAS ACERCA DO SUJEITO DO FEMINISMO NO OCIDENTE E NO SUL GLOBAL

O primeiro ponto, situado no campo da filosofia feminista, irrompe nos escritos da filósofa Simone de Beauvoir. Em *O Segundo Sexo* (1986), Beauvoir reflete sobre o modo pelo qual a definição de “feminilidade” afeta a vida das mulheres em vias de atravessar suas possibilidades e o mundo que lhes será apresentado, como visível no trecho a seguir: “Em que o fato de sermos mulheres terá afetado a nossa vida? Que

possibilidades nos foram oferecidas, exatamente, e quais nos foram recusadas?” (BEAUVOIR, 1986, p. 26).

Para analisar as raízes deste assujeitamento, a autora também discute como se deu a construção social do “sujeito mulher”. Ela explica que, historicamente, quem detinha o poder de fala e posteriormente a legitimidade do discurso científico eram (e são) sujeitos masculinos. Beauvoir (1986) argumenta que as mulheres não tiveram o direito de autodefinição, tendo sido definidas, externamente, pelo sujeito masculino. Desta forma, a mulher não era vista a partir dela mesma, mas sempre em relação ao homem, tornando-se o “outro” do sujeito masculino.

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. (...) A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. *O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro* (BEAUVOIR, 1986, p. 14, grifo nosso).

Apesar de um cânone da filosofia feminista do século XX, os escritos de Beauvoir falam de uma realidade europeia e, portanto, não podem ser tomados como inerentes à experiência de todas as mulheres ao redor do mundo. A visada que percebe a mulher como o Outro do sujeito masculino foi, posteriormente, revisitada por Grada Kilomba (2010), que ao racializar a discussão iniciada por Beauvoir, tensionou sua conceituação de “Outro” por meio da reflexão acerca do lugar das mulheres negras neste pensamento, sob o seguinte argumento:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma.[...] Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2010, p. 124, tradução nossa).

A perspectiva de Kilomba (2010) está ligada a um modo de pensar o feminismo – que pode ser encontrado tanto na epistemologia do feminismo negro quanto no pensamento pós-colonial ou decolonial – um olhar para além da mulher universalizada

construída pelo feminismo do Norte Global⁹. Demais autoras contemporâneas também ampliam as possibilidades de percepção acerca dos atravessamentos entre gênero e raça, entre elas, citamos Chandra Mohanty (1991), e sua crítica à produção acadêmica euro-estadunidense-centrada em seu movimento de lançar sobre as mulheres do Sul Global um olhar que as constrói como incapazes de agenciamento político; Gayatri Spivak (2010) e a discussão acerca da autoimolação das mulheres indianas; María Lugones (2008) e a análise dos constructos de gênero como uma ferramenta colonialista para desautorizar, a partir de alianças com homens nativos, as lideranças políticas femininas nas Américas e Avtar Brah (2006) com a demarcação das categorias de diferença, diversidade e diferenciação.

O diferencial das perspectivas feministas pensadas a partir do Feminismo Negro, como Kilomba, e do Sul Global, como as demais autoras citadas acima, se conecta ao fato de que questões de gênero não podem ser analisadas separadamente de questões de raça, etnia, classe social, orientação sexual e geopolítica. Desta forma, os feminismos que emergem das experiências de mulheres tomadas como subalternizadas pelo feminismo ocidental se querem antirracistas, anticapitalistas, anticolonialistas e estruturados de forma horizontal, adotando, portanto, uma perspectiva interseccional, que compreende os atravessamentos dessas diversas formas de opressão (CRENSHAW, 2012).

A DESESTABILIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE GÊNERO E SEXO

Na mesma esteira de crítica à construção do conceito de feminilidade, mas ligada a um pensamento de matriz pós-estruturalista, Judith Butler (2003) defende que a primeira violência à qual os corpos femininos são submetidos é a própria interpretação de que aquele sujeito que acaba de nascer é definido pelo órgão sexual que carrega.

Determinar as operações políticas que produzem e ocultam o que se qualifica como sujeito jurídico do feminismo é precisamente a tarefa da *genealogia feminista* da categoria das mulheres. No decurso desse esforço de questionar a noção de “mulheres” como sujeito do feminismo, a invocação não

⁹ Compreendemos Norte e Sul Global como uma divisão metafórica, que, em uma visão restrita, divide os continentes Norte Americano e Europeu dos demais, porém não é tomada como categoria geográfica, mas como fruto da construção social que determinou, sociologicamente, os padrões de diferença colonial (HALL, 2016).

problematizada dessa categoria pode *impedir* a possibilidade do feminismo como política representacional (BUTLER, 2003, p. 25).

A crítica butleriana acerca de uma noção não problematizada da “noção de mulher” reflete do seguinte fato: a construção de uma conceituação rígida do sujeito “mulher”, ao contestar seu local de “outro” e autodefinir-se, precisa estar sensível para a não-universalização destes sujeitos – movimento que apagaria especificidades de experiências e excluiria aquelas que não se enquadrassem no padrão reconhecido pela normatização destes sujeitos, estabelecendo relações de dominação entre mulheres.

Estruturas naturalizadas no cerne da sociedade, como o corpo, o sexo e o próprio sistema binar complementar entre os gêneros (macho x fêmea) são construções sociais e culturais que estão sendo complexificadas – e por que não desconstruídas? – graças às reflexões de filósofos contemporâneos. Em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, Butler (2003) reitera a necessidade de dissolver a relação compulsória entre sexo/gênero/prazer. Para ela, seria a ordem cisheteronormativa a força capaz de produzir uma noção de estabilidade a partir dessa oposição entre masculino x feminino, que entendemos ser uma noção falsa de estabilidade.

Butler (2003) afirma que compulsoriamente somos levados a manter esse sistema falocêntrico, por meio da performatividade: atos – advindos da ambiência cultural e da construção social como repetições comportamentais, vestuários e gestos – que reforçam a construção dos corpos que entendemos como masculino e feminino.

Butler argumenta que “o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder” (2000, p. 111). Para a filósofa americana, o não gênero não pode ser tomado como estrutura de um sistema sociocultural rígido, imposto a uma “superfície da matéria” (corpo/sexo). “Ao invés disso, uma vez que o próprio ‘sexo’ seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória” (BUTLER, 2000, p. 111). Nesta perspectiva, o sexo é aquilo pelo qual um sujeito é qualificado, é por meio dessas normas de estratificação que alguém se torna viável para determinado sistema sociocultural (BUTLER, 2000).

A esse sistema de controle e repressão Butler (2000) chama de reformulação da materialidade dos corpos e pontua algumas questões a serem consideradas sobre o

funcionamento dessa matriz excludente: 1) em virtude da dinâmica de poder, as normas regulatórias ditam as regras do corpo e incidem pressões sobre a materialização e significação de sua performatividade; 2) por meio do constrangimento, o poder discursivo sobre o que o sujeito pode ou não ser é constantemente reiterado, ou seja, se é aquilo que estamos condicionados a ser e não aquilo que nos traz à existência; 3) artificialmente imposto, o sexo é constituído, a partir de uma materialização imposta culturalmente e não mais como um dado corporal; 4) subverter a forma como entendemos a assimilação – apropriação ou adoção – de uma norma corporal; 5) ao se posicionar como esse ou aquele sujeito, ou no campo sexual como esse ou aquele sexo, é necessário pontuar que estamos utilizando dos meios discursivos impostos pela heterossexualidade, logo, em processo de impedimento e negação de identificações díspares (BUTLER, 2000).

Como todo processo excludente, aquele sistema evoca “a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito” (BUTLER 2000, p.111), ou seja, não-sujeitos, à margem do sistema. O abjeto, em Butler, refere-se às “zonas inóspitas e inabitáveis da vida social” (2000, p. 111). Nesta região, concentram-se aqueles cujo *status* de sujeito são denegados, mas que para manutenção do *status quo*, a ambiência normalizante é fundamental, pois demarca o *habitat* do sujeito dotado de privilégios.

O QUEER COMO LENTE PARA ANALISAR AS DIFERENÇAS

Tem sido prática comum nos movimentos de luta política das ditas minorias a ressignificação de palavras antes ofensivas, ou seja, observamos a busca por uma gramática moral (HONNET, 2003) que atravessa a linguagem, atuando como instância viva e constituidora do sujeito e das relações que trava com o outro ao longo da existência. Foi o que ocorreu no Brasil com a palavra vadia, por exemplo. O movimento feminista, inclusive, inseriu em sua agenda de lutas a “Marcha das Vadias”. Assim também os movimentos sociais das dissidências sexuais e de gênero se apropriam com orgulho de palavras como bicha e sapatão.

O *Queer* é uma dessas expressões que foram ressignificadas pelo movimento LGBTQIA+ nos Estados Unidos da América e que dá nome à corrente teórica que nos ajuda a compreender o corpo, sexo e desejo, a partir de outras matrizes que não as hegemônicas e compulsórias. De acordo com Miskolci (2011), *Queer* é uma injúria da língua inglesa, utilizada como xingamento, ou designação, de indivíduos que rompiam com a normatividade, sobretudo dissidentes de gênero. A escolha da expressão para nomear uma corrente filosófica nos aponta “o impulso insurgente que dava origem a um novo pensamento radical sobre a sexualidade” (MISKOLCI, 2011, p. 38).

A teoria *Queer* designa a corrente que passa a contestar, ainda na década de 1980, a hegemonia heterossexual como norma fundante das relações sociais e culturais:

É possível afirmar que Teoria Queer é um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de direitos daquelas pessoas cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas sociais. (MISKOLCI, 2014, p. 01/02).

A teoria *Queer* tem entre suas principais críticas ao então movimento homossexual dominante: a proposta assimilacionista – em que há um projeto de se fazer igual, não apenas no campo dos direitos, mas no comportamento e modo de vida. *Queer* aponta para o incômodo, não busca a diferença que quer a tolerância e integração, mas a transgressão, o rompimento com padrões, sejam eles quais forem e independente da origem em que estão sendo impostos. Pinafi (2015) afirma que o *Queer* surge primeiro em uma perspectiva de marcador político identitário, para só então se propor a ser uma resolução acadêmica, teórica.

Para Louro (2011), a emergência do *Queer* deve ser compreendida para além dos estudos sobre as LGBTI+ ou mesmo questões pontuais da luta política, mas inserida no campo epistemológico pós-estruturalista – movimento iniciado no final da década de 1960, sobretudo na França, durante os movimentos contestatórios que se propôs a superar a perspectiva estruturalista. “Efetivamente, a teoria *Queer* pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação” (LOURO, 2001, p. 547). Para os *queers*, a heterossexualidade é

compulsória. Portanto, a ordem política ditada pela heteronormatividade é responsável pela manutenção dos poderes e privilégios, sejam eles políticos, culturais ou econômicos, dos que vivem sob seu domínio (MISKOLCI, 2011). É por meio da rigidez das normas, tanto sexuais, de gênero, quanto corporais, que são perpetuadas as desigualdades e os estigmas.

Partindo da obra de Michel Foucault, Teresa de Lauretis (1994) desenvolve um trabalho seminal para compreensão dos elementos advindos da discursividade e do campo social que estão envolvidos diretamente na construção social do gênero: é o que ela denomina de tecnologia do gênero. A autora formula uma matriz para entender que há uma tecnologia não apenas do sexo, como reivindica Foucault, mas também do gênero. Segundo ela, é preciso levar em consideração 1) o aspecto representacional do gênero em contexto social; 2) a própria representação do gênero é resultado de sua construção em relação; 3) o gênero é perpetuado por meio de práticas sociais e culturais; 4) a desconstrução do gênero também, ainda que paradoxalmente, produz o próprio gênero.

METODOLOGIA

Para apreender os sentidos mobilizados durante a discussão na postagem em questão, lançamos mão da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1977). Pensamos este método profícuo, por conta de sua configuração, uma vez que na AC as categorias emergem, a partir da própria empiria, em um profundo diálogo com o referencial teórico que embasa a construção epistemológica, o que nos ajuda a sistematizar os comentários acerca do slogan e compreender quais eixos argumentativos e/ou temáticas emergem da discussão.

A AC é um método que combina análise quantitativa e qualitativa, por meio das quais podemos demarcar regularidades e dispersões acerca do objeto analisado e, em um segundo momento, realizar o movimento que Bardin (1977) denomina *inferências* – ação de interpretar os dados quantitativos em relação à realidade social, na qual estão inseridos, conferindo rigor metodológico, por meio do referencial teórico utilizado.

Inicialmente, coletamos 1.462 comentários. Em seguida, buscamos identificar quais deles continham elementos que caracterizassem uma discussão acerca da inclusão

de outras identidades de gênero ou apagamento de mulheres cisgêneras na campanha. Os comentários foram organizados em três categorias que podem ser observadas no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise

Categoria	O que observar?	Eixos argumentativos	Nº de comentários
<i>Apagamento feminino</i>	Comentários que argumentavam que a frase da campanha promovia o apagamento de mulheres ao usar “pessoal que tem útero”.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reivindica gênero como sexo biológico (BEAUVOIR, 1986; BUTLER, 2003; 2010); 2. Apagamento das dissidências de gênero (transmasculinidade); 3. Dúvidas acerca da capacidade de mobilização de argumentos racionais de seus interlocutores (HABERMAS, 1984) 	111
<i>Inclusividade discursiva de pessoas trans</i>	Comentários que celebravam a forma inclusiva por meio da qual o slogan foi pensado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reivindica a construção social do gênero (BUTLER, 2003); 2. Aponta transfobia em comentários. 3. Celebra postura inclusiva da Jornalista 	94
Lacônicos	--	--	1.257

Fonte: Autores, com dados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da categorização e teorização, explicitada acima, o passo seguinte foi a investigação dos sentidos articulados nos argumentos de cada uma das categorias analíticas - excluimos os comentários lacônicos, que não diziam respeito à discussão em questão, assim como emojis e risadas. Deste modo, apresentaremos a seguir a análise e discutiremos os resultados de cada uma das categorias.

CATEGORIA APAGAMENTO FEMININO

Como supracitado, esta categoria é composta por 111 comentários de seguidores que percebem a frase do slogan como apagamento da mulher de debates que só a elas seriam concernentes, ou seja, consideram todas as pessoas que têm útero como mulher. Desta categoria, emergiram três eixos argumentativos que nortearam nossa análise, previamente apresentados no Quadro 1 e discutidos a seguir:

(1) Reivindica gênero como sexo biológico: trata-se de argumentos que dizem respeito à compreensão do corpo humano como pertencente a esse ou aquele gênero, que corroboram com a crítica de Beauvoir (1986), segundo a qual as diferenças são marcadas a partir de um viés biologizante a partir das características biológicas dos órgãos reprodutores: pênis e vagina, logo, apenas a mulher é quem possui no sistema reprodutor o órgão útero.

Os comentários que emergiram nesta primeira subcategoria têm como centralidade contestar o sentido do slogan *Oi, pessoal que tem útero!*, sob o argumento de substituição da palavra “pessoal” pela palavra “mulher”. Como nos exemplos a seguir: “Pessoal que tem útero são mulheres! Basta de invisibilidade a mulheres até nos assuntos que dizem respeito a elas!”; “Também conhecidas por: mulheres”; “essa palavra ofende macho que se sente excluído né miga, não pode mais usar”; “Pessoal que tem útero? É mulher!”.

Os argumentos mobilizados pelos sujeitos engajados no debate para defender seu ponto de vista ancoram-se abertamente em perspectivas feministas que compreendem o fator biológico como uma questão central para o movimento. Ao reificar as relações sociais, a partir do órgão sexual e advogar que o *slogan* promoveria o apagamento feminino, o grupo mobiliza enquadramentos nos quais *todos* os homens são sempre opressores e *todas* as mulheres são sempre oprimidas (MOHANTY, 1991) – no caso dos comentários acima, através do apagamento. Tal ponto de vista, além de impossibilitar o reconhecimento de qualquer forma de resistência das mulheres, uma vez que as situa fixamente no papel de oprimidas, não considera marcadores sociais de diferenças para além do gênero, apagando em seus argumentos, as relações intrínsecas entre classe, raça e a própria (auto)identificação do gênero (LUGONES, 2008; SPIVAK, 2010).

Os comentários desta categoria, notadamente agressivos, defendem que o *slogan* invisibiliza as mulheres enquanto grupo oprimido, à medida em que compreendem que o gênero está atrelado ao sexo biológico, então, para as comentadoras, não faz sentido não chamar de mulher uma pessoa que possui útero, um órgão que está ligado socialmente ao que convencionou-se apontar como sujeito mulher. No entanto, ao observar os comentários deste subgrupo sob a chave butleriana, compreendemos tratar-se de uma ação de reivindicação do próprio artifício cultural construído como um dos dispositivos de dominação dos corpos femininos (BUTLER, 2000). Ou seja, parece mais agradável resignar-se ao papel de submissão, atrelado ao útero, do que desconstruí-lo e submeter-se à complexificação da “sujeita universal” do feminismo hegemônico.

(2) Apagamento das dissidências de gênero (transmasculinidade): a existência de vidas de homens trans é questionada, a partir do argumento de que “não há homem com vagina”.

Nesta subcategoria, observamos recorrente negação da existência de homens transexuais, com base no argumento fundado em uma visão binária e fixa das identidades de gênero (BUTLER, 2000). Como nos exemplos abaixo: “Homem trans não existe”; “homens trans deixa de ser mulher perante a sociedade?”; “Existem homens trans”? Meu bem, não existe ‘homem trans’ não...”. Os comentários acima dialogam com o feminismo de vertente radical, um viés do feminismo que é marcadamente materialista e binário, no qual, a partir da segmentação biológica entre machos e fêmeas, o caráter construtivo do ambiente social não poderia incidir (PATEMAN, 1988).

Butler (2000) também nos fornece subsídios para compreender este subgrupo. Nestes comentários, podem ser observadas ações discursivas que alimentam dinâmicas de poder que determinam o que se pode e o que não se pode ser – ou seja, na tentativa de defender-se do que compreenderam como apagamento feminino, alimentam a própria lógica que historicamente determina as mulheres a partir de um olhar externo (em diferentes intensidades a partir dos marcadores de diferenças). Ao afirmar que “Homem trans não existe”, as comentadoras constroem discursivamente estes sujeitos como abjetos, como não-sujeitos.

A abjeção que emerge nos comentários acima é reflexo do quão entranhado o binarismo está, e concomitantemente reflete no reforço do mesmo sistema. Por conseguinte, este posicionamento alimenta e reflete a regulação das “disposições afetivas e éticas, por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência” (BUTLER, 2018, p. 13). Ou seja: argumentos que afirmam que “homens trans não existem” favorecem a balança que determina quais vidas são valiosas perante a sociedade, afinal, “uma vida não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva” (BUTLER, 2018, p. 13).

(3) Dúvidas acerca da capacidade de mobilização de argumentos racionais de seus interlocutores: interpela interlocutores a partir do rebaixamento moral do argumento e do questionamento do conhecimento que possui acerca da temática.

Na última subcategoria do agrupamento de comentários que argumentavam que o *slogan* promoveria o apagamento feminino emerge a desautorização – por meio da desvalidação – dos argumentos antagônicos aos seus, alegando estes como desprovidos de conhecimento ou saber, considerado necessário para debater sobre o tema. Exemplos como: “Tadinha, é burra” e “Conhecimento, basicamente”, elucidam que não apenas os homens trans são abjetos para determinados indivíduos deste grupo, mas também qualquer pessoa que se posicione contrariamente ao que defendem. Compreendemos comentários como estes, do mesmo modo que aqueles do primeiro subgrupo, como inseridos no fluxo colonial, mas de uma forma mais complexa (SPIVAK, 2010; LUGONES, 2008). Se negar que outros sujeitos, além de mulheres cisgêneras, podem possuir útero nega a desconstrução da hegemonia do sujeito do feminismo, desconsiderar os argumentos de quem defende esta desconstrução é mobilizar a colonialidade do saber em sua hierarquização de saberes, para defender sua autoridade e validar seu argumento (LUGONES, 2008).

Os comentários deste subgrupo iluminam total desinteresse na politização do tema através da discussão – eles sequer consideram aquilo que é escrito por seus opositores, aprofundando discussões que complexificam o debate público (HABERMAS, 1984), trazendo à tona o aspecto da consideração entre interlocutores como um passo anterior à argumentação. Dentre os comentários analisados, estes configuram o grupo que menos se engaja na construção racional de um argumento para

defender sua perspectiva, resume a discussão à falta de conhecimento que atribuem aos seus interlocutores, mas, além disso, também demonstram pouco interesse no engajamento para defender seu ponto de vista, reduzindo o possível debate público no ambiente virtual – que se tece através da troca de razões – a uma troca de ofensas.

CATEGORIA INCLUSIVIDADE DISCURSIVA DE PESSOAS TRANS

Esta categoria é composta por 94 comentários de seguidores que celebravam a forma inclusiva, por meio da qual o slogan foi pensado e contempla comentários de seguidores que percebem a frase como inclusiva. Desta categoria, também emergiram três subgrupos:

(1) Reivindica a construção social do gênero: ainda que sem recorrer à argumentos do campo científico, comentários que estão ancorados nesse eixo argumentativo buscam elucidar que ser mulher é subjetivo, faz parte das práticas sociais em relação (BEAUVOIR, 1986).

Neste subgrupo, identificamos um questionamento acerca da construção social de gênero e uma tentativa de desestabilização do conceito hegemônico de gênero (KILOMBA, 2010), como nos exemplos: “Eu tenho útero. Eu sou mulher? Vamos seguir a nossa vidinha e problematizar menos... Te desejo muita luz”; “Ah é? E o apagamento trans como fica? Homens trans também menstruam, anjo. ‘Pessoas que têm útero’ engloba os dois grupos, qual é o problema nisso?”; “E tem homens que também têm útero (homens trans), aí devem escrever MULHERES no anúncio pra ti se sentir melhor mesmo que isso exclua um grupo enorme de pessoas?”. Esses comentários reivindicam a ampliação da discussão levantada pelos comentários que diziam respeito à mulher como único sujeito com útero, realizando a contraposição da negação de identidades díspares (BUTLER, 2000).

Além dos comentários acima, também observamos mulheres que passaram pela cirurgia de retirada do útero, tensionando a centralização do órgão como condição necessária ao reconhecimento de um sujeito como mulher: “Eu não tenho mais útero, eu não sou uma mulher?”. Ao fazê-lo, as mulheres criavam a possibilidade de deslocar o olhar do fator biológico para o cultural, agregando à discussão o fato de que os sentidos são construídos socialmente, e portanto, dizem respeito às próprias ações humanas – ou

seja, são passíveis de construção e desconstrução, de modificação – o que torna os corpos vulneráveis a “forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade” (BUTLER, 2018, p. 16).

Os comentários observados neste subgrupo desvelam o ponto no qual as perspectivas feministas contra-hegemônicas dialogam perfeitamente com a teoria *queer*: a primeira buscando reconhecer o caráter cultural das formas de dominação impostas sobre si, através das normas regulatórias reproduzidas em *looping* na performatividade (BUTLER, 2003) e a possibilidade de subversão destas gramáticas em vias de desestabilizar (e eclodir) os poderes e privilégios que são nutridos pela compulsividade heteronormativa (MISKOLCI, 2011).

(2) Aponta transfobia em comentários: argumentos que buscam elucidar discursos transfóbicos e que denunciam tal prática.

Nos comentários deste subgrupo, percebemos o movimento de reconhecer os comentários das categorias anteriores como “transfóbicos”, uma vez que, ao negar sua existência e apagar suas vozes, estão negando-lhes a identidade que reivindicam. Podemos observar nos exemplos: “Você escreveu ‘E sim, se você não transicionou vc não é trans’. Besteira. Alguém é trans a partir do momento que não se identifica com o sexo biológico. Eu sou um homem trans, tenho 14 anos. Tenho útero e continuo sendo homem trans. Eu não transicionei ainda, e continuo sendo um homem trans. Pessoas que citam coisas como você, são no mínimo ignorantes. (...) É claro que transfobia vai acontecer nessa sociedade atrasada e movida a senso comum e hipocrisia, mas você só está colaborando para isso acontecer. Você não é obrigada a aceitar, porém eu também não. Então te digo que é falta de respeito e informação. Transfobia.”; “Ser transfóbica mesmo tendo conhecimento é pior do que ser transfóbica por ignorância.”

Nos comentários acima, observamos que a construção de homens trans como sujeitos abjetos gerou a publicização da violência contida nessa construção. Além da demarcação do desrespeito e da falta de informação (também mobilizada pelo outro grupo), observamos a politização da transfobia por meio da declaração direta do tema como um problema social. De acordo com Mansbridge (2009), quando um tema é percebido como concernente a duas ou mais pessoas, ele pode ser reconhecido como um problema social – ou político. Politizar a transfobia mostra-se, também, como um

aprofundamento do debate, uma vez que para lançar luz sobre a mesma foram usados tanto argumentos empíricos quanto os próprios argumentos de que defender homens trans reflete falta de conhecimento, buscando conformar um debate público nos moldes habermasianos.

(3) Celebra postura inclusiva da Jornalista: parabeniza o slogan e a campanha, levando em consideração o caráter inclusivo.

O último subgrupo diz respeito a comentários que *Celebram a postura inclusiva da jornalista*. Embora em menor número que os comentários que a criticam, estes aqui discutidos receberam um número consideravelmente maior de curtidas do que as críticas ao slogan, como podemos observar: “Lindo vc ter falado ‘pessoal que tem útero’ e não ‘mulheres’ <3””; “Na verdade é inclusão [emoji] nem só moças tem útero, homens trans também tem, por exemplo”; e “Tem pessoas não binárias, pângenero, intersex... É inclusão oq que a JoutJout tá fazendo”.

Em relação às respostas aos comentários da categoria anterior, pudemos observar que as seguidoras que defendiam a perspectiva inclusiva adotada pela jornalista se esforçaram no sentido de promover uma discussão salutar sem ataques morais a suas interlocutoras – o que não aconteceu na categoria que defendia que a publicação promovia o apagamento das mulheres. Embora pouco engajados, no que diz respeito aos argumentos mobilizados por ambos os grupos em debate, este subgrupo é marcado por comentários que buscam validar a inclusão dos homens trans, apresentando sua opinião sem se integrar no debate em curso, o que demonstra que, apesar da materialização de gramáticas excludentes nos comentários que argumentam que a peça promove o apagamento feminino, o caráter social do gênero possibilita a construção de novas gramáticas, que considerem a pluralidade e complexidade dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que este artigo representa apenas um movimento de pesquisa exploratória no campo aqui apresentado. Portanto, pensamos relevante iluminar que o material coletado apresenta nuances que não foram apresentadas e tampouco discutidas neste trabalho inicial. Não obstante, o caso analisado demonstra-se exemplar para refletirmos sobre como a internet pode tornar-se uma arena para

mobilização de discursos e engajamento de discussões na esfera civil sobre temas compreendidos socialmente como tabus, restritos ao âmbito construído como privado, mas que dizem respeito a uma coletividade e podem adquirir o status político. Portanto, a questão aqui levantada se mostra profícua do ponto de vista da análise das trocas argumentativas na internet.

Diante disso, os resultados apontam para uma heterogeneidade de entendimentos acerca do que é ser mulher. No que concerne a este trabalho, destacamos dois principais: um que relaciona gênero a sexo, ou seja, que entende que mulher é quem nasce com o órgão sexual feminino, portanto, dialoga com uma perspectiva biologizante, universaliza os sujeitos, desconsidera as experiências individuais e nega as sexualidades e identidades dissidentes de gênero; e outro entendimento, identificado nesta pesquisa, dialoga com uma postura inclusiva, que compreende o ser mulher para além de uma construção social hegemônica de gênero e sexo, tensionando as falas das interlocutoras consideradas preconceituosas e celebrando a iniciativa da jornalista JoutJout.

No que tange a postura dos interlocutores, identificamos que umas pessoas adotam uma atitude neutra, sem entrar em tensão ou questionar, inserindo-se pouco no debate. Por outro lado, faz-se necessária uma crítica à atuação de pessoas que, apesar de participarem ativamente do debate, se identificam com uma postura que, apesar de vincular-se aos discursos feministas, mobilizam gramáticas morais conservadoras para defender seu ponto de vista, uma vez que estas ativistas, em vias de defender o que elas compreendem como conceito de “mulher”, acabam promovendo apagamentos, silenciamentos e violências contra pessoas transexuais. Diante disso, se faz necessário mobilizar Butler mais uma vez, isso porque “nenhum desses termos existe fora de sua organização e interpretação políticas” (2018, p. 15).

Desta forma, pensamos relevante olhar para os espaços virtuais de conversação, para analisar questões do campo dos estudos feministas, especialmente no Brasil e na América Latina, a partir de uma epistemologia que não perceba as mulheres como um grupo monolítico, mas plural, formado e atravessado por questões sociais, políticas e históricas plurais. Seguindo esta linha de pensamento, defendemos a perspectiva interseccional decolonial como a mais produtiva para olhar para os fenômenos sociais,

uma vez que esta lente teórica não busca enquadrar sujeitos em categorias analíticas que não as contemplem. Em contrapartida a isso, a perspectiva interseccional decolonial se mostra profícua por seu modo de pensar os sujeitos e suas práticas, sem criar hierarquias específicas para análise dos discursos, dos comportamentos, das práticas políticas, mas buscando analisá-las a partir dos atravessamentos, das complexidades e da realidade concreta na qual estão incluídas.

Por fim, defendemos que olhar para interações políticas online, manifestadas por meio do discurso, nos abre um leque de possibilidades para compreender não apenas os modos de ativistas agirem na internet, mas também as relações de poder, empoderamento, resistência e solidariedade que atravessam sua prática política.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, número 26, abril de 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 21 out 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 111-125. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/23533422/2051757923/name/LOUROGuacira-L.-O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

_____. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAL, Danila Gentil Rodriguez; SEREJO, Elias. A minha família existe? Deliberação e conversação política na internet. In: **Comunicação & Inovação**, volume 18, número 37, 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/4503. Acesso em: 17 ago. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Relações raciais, setembro de 2012.

DE LAURETIS, Teresa. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa B. (Org.). **Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GOMES, W. **Da Discussão à Visibilidade**. In: Gomes, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 117-162.

HABERMAS, Jurgen. **The theory of communicative action: reason and the rationalization of society**. Volume I. Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984. p. 30-42.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KILOMBA, Grada. **Planation Memories**. Episodes of everyday Racism. Budapest: Unrast, 2010.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, número 9, julho-dezembro de 2008. Disponível em: <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1501>. Acesso em: 21 out 2019.

MAIA, R. C. M. **Deliberation, the media and political talk**. New Jersey: Hampton Press, 2014.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, Angela C. Salgueira (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A mídia e a transformação da realidade. In: **Comunicação e Política**, volume 24, número 2, novembro de 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/1902605/M%C3%ADdia_e_transforma%C3%A7%C3%A3o_da_realidade. Acesso em: 21 out. 2019.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: **Boundary 2**, volume 12, número 3, 1991.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Tradução: Flávia Biroli. In: **Revista Estudos Feministas**, volume 16, número 2, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002. Acesso em: 21 out. 2019.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em 19 de junho de 2020

Aprovado em 28 de setembro de 2020